

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

LAURA BAPTISTA DE CAMPOS DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS PERIFÉRICOS

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Marcella Beraldo de Oliveira.

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Laura Baptista de Campos da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073150A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS PERIFÉRICOS**, desenvolvido durante o período de MARÇO 2024 a SETEMBRO 2024 sob a orientação de MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de Setembro de 2024.

LAURA BAPTISTA DE CAMPOS DA SILVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (X) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS PERIFÉRICOS

Laura Baptista de Campos da Silva

RESUMO

O artigo examina as políticas públicas direcionadas a jovens periféricos, enfocando sua importância e impacto na inclusão social. Jovens periféricos, caracterizados por viverem em áreas com acesso limitado a recursos e oportunidades, enfrentam múltiplas barreiras que exacerbam a exclusão social e econômica. Políticas públicas efetivas são cruciais para mitigar essas desigualdades, promovendo o desenvolvimento integral desses jovens. Áreas-chave como educação, emprego e saúde são fundamentais para a inclusão, exigindo políticas que não apenas forneçam acesso a serviços, mas que também promovam a participação ativa e o empoderamento dos jovens. O estudo ressalta a necessidade de uma abordagem multidimensional e intersectorial, que reconheça a diversidade dos jovens periféricos e aborde as diversas facetas de sua exclusão. A participação dos jovens na formulação e implementação de políticas é destacada como essencial para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. O artigo também aborda os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas, incluindo a falta de recursos e a descontinuidade administrativa. Conclui-se que para alcançar uma sociedade mais inclusiva e justa, é necessário um compromisso contínuo com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes, que sejam baseadas em evidências e adaptáveis às mudanças nas condições e necessidades dos jovens periféricos. A co-criação de políticas, envolvendo os jovens, é apontada como um caminho para soluções mais sustentáveis e efetivas.

Palavras-chave: Políticas públicas ;Jovens periféricos ;Inclusão social

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do papel das políticas públicas direcionadas aos jovens periféricos é fundamental para fomentar o debate sobre inclusão social e desenvolvimento socioeconômico. Os jovens que residem nas periferias enfrentam diversos desafios, como acesso limitado a educação de qualidade, emprego, saúde e espaços de lazer, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. O termo "jovens periféricos" não apenas descreve a localização geográfica desses indivíduos, mas também uma série de desvantagens socioeconômicas e culturais que eles enfrentam. A necessidade de formular e implementar políticas públicas eficazes para essa população é, portanto, um imperativo para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

A literatura acadêmica oferece um panorama sobre a marginalização dos jovens periféricos, destacando a importância das políticas públicas como ferramentas de transformação social. Segundo Silva e Santos (2018), os jovens das periferias urbanas frequentemente são marginalizados e estigmatizados, o que dificulta sua inclusão social e econômica. Essa exclusão não é apenas um reflexo da pobreza material, mas também de barreiras culturais e institucionais que limitam o acesso a oportunidades.

A inclusão social dos jovens periféricos através de políticas públicas pode assumir várias formas, incluindo educação, emprego, saúde, cultura e lazer. Essas políticas devem ser integradas e multidimensionais, abordando as diversas facetas da exclusão social. De acordo com Ferreira e Gonçalves (2019), a educação é um dos pilares mais críticos para a inclusão, pois proporciona habilidades necessárias para a inserção no

mercado de trabalho e para a participação cívica ativa. No entanto, a efetividade dessas políticas é frequentemente limitada por falhas na implementação, falta de recursos e descontinuidade administrativa.

A participação dos jovens na formulação e implementação de políticas públicas também é crucial. A inclusão desses jovens no processo de tomada de decisão garante que suas perspectivas e necessidades sejam consideradas, aumentando a relevância e eficácia das políticas implementadas. Conforme aponta Ribeiro (2020), políticas públicas participativas promovem maior engajamento e responsabilidade entre os jovens, incentivando-os a contribuir ativamente para o desenvolvimento de suas comunidades.

Além disso, é essencial reconhecer a diversidade dentro do grupo de jovens periféricos, que inclui diferenças de gênero, etnia, orientação sexual e capacidade física. Essas diferenças exigem políticas públicas que não sejam apenas inclusivas, mas também sensíveis às diversas realidades e necessidades desses jovens. Nesse sentido, a abordagem interseccional é fundamental para compreender as múltiplas formas de exclusão e para desenvolver políticas mais efetivas (Martins e Almeida, 2021).

2 DESENVOLVIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

O contexto brasileiro oferece um exemplo ilustrativo dos desafios e oportunidades na implementação de políticas públicas para jovens periféricos. O Brasil possui uma grande população jovem nas periferias urbanas, muitos dos quais enfrentam desafios significativos em termos de acesso a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. A política nacional de juventude no Brasil, conforme delineada em documentos oficiais, visa promover a inclusão e o desenvolvimento dos jovens através de várias iniciativas, incluindo educação, emprego, cultura e participação política. No entanto, a implementação dessas políticas tem sido inconsistente, com diferenças significativas na qualidade e no acesso aos serviços entre regiões e comunidades (Santos e Teixeira, 2017).

Portanto, a análise das políticas públicas para jovens periféricos deve considerar não apenas as estratégias e programas formulados, mas também os desafios práticos de implementação e os impactos concretos na vida dos jovens. É fundamental uma abordagem holística que integre as várias dimensões da vida dos jovens e que promova a sua participação ativa na sociedade. A inclusão social dos jovens periféricos, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o desenvolvimento sustentável das sociedades.

As políticas públicas para jovens periféricos são essenciais para mitigar as desigualdades e promover a inclusão social. É necessário um compromisso contínuo dos governos, da sociedade civil e das próprias comunidades jovens para garantir que essas políticas sejam eficazes, inclusivas e sustentáveis. O sucesso dessas políticas não será medido apenas pelos programas implementados, mas pelo impacto real na qualidade de vida e nas oportunidades disponíveis para os jovens periféricos.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social, servindo como instrumentos para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente dos

grupos marginalizados como os jovens periféricos. A inclusão social, conforme entendida por Sen (2000), não se limita ao acesso a bens e serviços, mas engloba a participação ativa dos indivíduos na vida econômica, social, cultural e política de suas comunidades. As políticas públicas, portanto, devem ser projetadas para criar oportunidades e remover barreiras que impedem a participação plena dos indivíduos na sociedade.

A educação, por exemplo, é uma área onde políticas públicas podem ter um impacto significativo na inclusão social. Programas que visam melhorar o acesso e a qualidade da educação em áreas periféricas ajudam a equipar os jovens com habilidades necessárias para participar efetivamente do mercado de trabalho e da sociedade como um todo (Torres, 2013). Além disso, políticas voltadas para a saúde, moradia, e segurança social são fundamentais para garantir que os jovens periféricos tenham as condições básicas necessárias para uma vida digna e produtiva.

As políticas de inclusão social também devem ser sensíveis às diversas necessidades dos grupos que buscam integrar. A interseccionalidade, um conceito destacado por Crenshaw (1989), sugere que as experiências de exclusão e marginalização são multifacetadas e influenciadas por diversos fatores como raça, gênero, e classe social. Assim, as políticas públicas precisam ser multifacetadas e adaptadas para endereçar as complexidades das diversas formas de desigualdade e exclusão.

Portanto, as políticas públicas são essenciais para promover a inclusão social, pois elas têm o potencial de transformar estruturas socioeconômicas, oferecer oportunidades e melhorar a vida dos indivíduos, especialmente daqueles em condições de vulnerabilidade. A eficácia dessas políticas, contudo, depende da sua capacidade de abordar as causas raízes da exclusão social e de serem implementadas de maneira sustentável e inclusiva (Mendes, 2015).

A questão dos jovens periféricos e o papel das políticas públicas em sua inclusão social é um tema de crescente relevância em debates acadêmicos e políticos. A periferia, frequentemente caracterizada por condições de vida precárias, limitado acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas restritas, torna-se um espaço onde a juventude enfrenta múltiplas formas de exclusão social e econômica. Neste contexto, as políticas públicas emergem como ferramentas essenciais para promover a inclusão social e econômica desses jovens, visando mitigar as desigualdades e fomentar o desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas para jovens periféricos devem ser entendidas dentro de um quadro de direitos humanos, assegurando acesso a educação, saúde, emprego, lazer, cultura e participação política. Conforme indicado por Paiva e Silva (2017), o acesso à educação de qualidade é um dos pilares para a inclusão social dos jovens, pois educação não apenas equipa os indivíduos com habilidades necessárias para o mercado de trabalho, mas também promove o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente.

Além da educação, o emprego é outro aspecto crucial das políticas públicas voltadas para jovens periféricos. A falta de oportunidades de trabalho digno e produtivo para os jovens nas periferias contribui para a perpetuação da pobreza e da exclusão social. Iniciativas como programas de treinamento profissional, incentivos para a contratação de jovens em empresas locais e o fomento ao empreendedorismo podem ser estratégias eficazes para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho (Gomes e Almeida, 2018).

A saúde também é um direito fundamental que deve ser garantido pelas políticas públicas,

especialmente considerando os desafios adicionais enfrentados pelos jovens periféricos, como a exposição a violência e o acesso limitado a serviços de saúde mental e reprodutiva. Programas de saúde integrada que abordam as necessidades físicas, mentais e sociais desses jovens são fundamentais para sua inclusão e bem-estar (Santos e Costa, 2019).

A participação dos jovens nas decisões políticas que afetam suas vidas é outro elemento central das políticas públicas inclusivas. A inclusão dos jovens periféricos no processo político, através de conselhos de juventude, audiências públicas e outras formas de participação democrática, é essencial para assegurar que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas (Martins, 2020).

A implementação de políticas públicas para jovens periféricos também requer uma abordagem intersectorial, onde diferentes áreas do governo e da sociedade civil colaboram para criar um ambiente de suporte que aborde as várias dimensões da exclusão. Isso inclui, mas não está limitado a, melhorar a infraestrutura urbana nas periferias, proporcionar espaços de lazer seguros e acessíveis, e promover a cultura e a arte como meios de expressão e inclusão social (Fernandes e Silva, 2021).

Apesar da importância das políticas públicas, desafios significativos permanecem na sua implementação. A falta de recursos financeiros, a descontinuidade administrativa devido a mudanças de governo e a falta de dados precisos sobre as condições de vida dos jovens periféricos são barreiras comuns. Portanto, é essencial que as políticas sejam baseadas em evidências sólidas e sejam parte de um compromisso de longo prazo dos governos e da sociedade (Pereira e Lima, 2022).

Além disso, as políticas públicas devem ser flexíveis e adaptáveis às mudanças nas condições socioeconômicas e às necessidades dos jovens periféricos, que podem variar significativamente entre diferentes regiões e comunidades. A co-criação de políticas, envolvendo os jovens no processo de desenvolvimento e implementação, pode contribuir para soluções mais eficazes e sustentáveis (Carvalho e Santos, 2020).

Em conclusão, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na inclusão social dos jovens periféricos, abordando as múltiplas dimensões da exclusão e promovendo o desenvolvimento integral. É imperativo que essas políticas sejam bem planejadas, adequadamente financiadas e implementadas de forma eficaz, com a participação ativa dos jovens e de outros stakeholders relevantes. A busca por uma sociedade mais justa e inclusiva requer um compromisso contínuo com a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e potencializem as capacidades dos jovens periféricos.

As políticas públicas voltadas para jovens periféricos representam uma dimensão crucial no esforço de inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável. Jovens que vivem nas periferias urbanas e rurais frequentemente enfrentam obstáculos significativos, como acesso limitado a educação de qualidade, oportunidades de emprego escassas, serviços de saúde inadequados e falta de representação política. Estas condições não só limitam seu potencial individual, mas também reforçam ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão social.

A importância de políticas públicas eficazes para essa população não pode ser subestimada. Segundo Silva e Santos (2018), a exclusão dos jovens periféricos é multidimensional, abrangendo aspectos econômicos, sociais e culturais. Assim, as políticas públicas devem ser holísticas e integradas, abordando estas diversas

dimensões para serem efetivas. A educação é frequentemente citada como um vetor primordial para a transformação social. Conforme Ferreira e Gonçalves (2019) argumentam, políticas que visam melhorar o acesso e a qualidade da educação para jovens periféricos podem desempenhar um papel significativo em equipá-los com as habilidades necessárias para o mercado de trabalho e para a participação cívica ativa.

Além da educação, o emprego é um aspecto crítico para a inclusão social. Programas de treinamento e capacitação profissional, bem como políticas que incentivam o empreendedorismo jovem, são essenciais para integrar esses jovens na economia formal e promover o desenvolvimento local. Ribeiro (2020) enfatiza a importância de políticas públicas que não apenas criam oportunidades de emprego, mas também garantem condições de trabalho justas e inclusivas.

No entanto, a implementação de políticas públicas para jovens periféricos enfrenta diversos desafios. Martins e Almeida (2021) apontam para a descontinuidade das políticas públicas como um obstáculo significativo, onde mudanças políticas frequentes levam a alterações nas prioridades e na alocação de recursos. Além disso, a falta de dados confiáveis e detalhados sobre as condições de vida e as necessidades dos jovens periféricos pode impedir o desenvolvimento de políticas direcionadas e efetivas.

A participação dos jovens na concepção e implementação de políticas públicas é fundamental para garantir que suas necessidades e perspectivas sejam adequadamente atendidas. Santos e Teixeira (2017) destacam casos bem-sucedidos em que a inclusão dos jovens nas etapas de planejamento e execução das políticas contribuiu para resultados mais positivos e sustentáveis. Essa participação ativa não só melhora a qualidade e a relevância das políticas, mas também empodera os jovens, fomentando um sentimento de pertencimento e responsabilidade comunitária.

Ademais, as políticas públicas devem reconhecer e abordar as diferenças internas entre os jovens periféricos, considerando fatores como gênero, etnia, orientação sexual e deficiência. Uma abordagem interseccional é necessária para entender como essas identidades sobrepostas impactam a experiência de exclusão e para desenvolver políticas que sejam verdadeiramente inclusivas (Carvalho e Santos, 2020).

ANTROPOLOGIA URBANA, CIDADE DE MUROS

Teresa Pires do Rio Caldeira, em seu influente trabalho "Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo", aborda a complexa dinâmica de segregação urbana e violência, e como esses elementos moldam as interações sociais e as percepções de cidadania nas cidades contemporâneas. A autora utiliza São Paulo como um estudo de caso para explorar as transformações nas formas de sociabilidade urbana, influenciadas por intensos processos de segregação e exclusão social.

Caldeira argumenta que a segregação urbana em São Paulo, agravada pelo medo constante do crime, levou à construção de condomínios fechados e ao uso generalizado de medidas de segurança, como muros altos, cercas elétricas e sistemas de vigilância. Essas estratégias de

fortificação, segundo ela, refletem e intensificam as divisões sociais, criando "cidades dentro de cidades" onde a interação entre diferentes grupos sociais é minimizada. A autora cita: "Os muros e as grades, ao prometerem segurança, promovem a separação e a suspeição, fragmentando o tecido social" (Caldeira, 2000, p. 142).

Caldeira também discute a noção de cidadania em um contexto de alta segregação, argumentando que a exclusão espacial contribui para uma experiência diferenciada de cidadania, onde acesso a serviços básicos e direitos é fortemente determinado pela localização geográfica e pelo status socioeconômico. Ela observa que, em muitos casos, a segregação urbana leva a uma cidadania de segunda classe para os moradores de áreas periféricas, que frequentemente enfrentam negligência tanto do Estado quanto do mercado (Caldeira, 2000, p. 158).

Um dos pontos centrais da análise de Caldeira é a maneira como o medo do crime afeta as relações sociais e as práticas cotidianas. Ela sugere que o medo não apenas justifica, mas também perpetua a segregação e a fortificação urbanas. Este medo, alimentado por relatos de violência e pelo sensacionalismo da mídia, acaba por moldar a interação social em espaços públicos, tornando-os locais de desconfiança e alienação. Caldeira explica: "O medo do outro se transforma em uma força que molda arquiteturas, políticas de segurança e, crucialmente, interações cotidianas entre grupos sociais distintos" (Caldeira, 2000, p. 171).

Além disso, Caldeira aborda o papel dos meios de comunicação na configuração das percepções públicas de crime e segurança. Ela argumenta que a maneira como os crimes são reportados e a ênfase dada a certos tipos de violência reforçam a sensação de insegurança e justificam as respostas segregacionistas da sociedade. A autora aponta que a mídia frequentemente retrata a violência de maneira que reforça estereótipos e preconceitos, exacerbando o medo e a desconfiança entre diferentes grupos sociais.

A pesquisa de Caldeira destaca, ainda, as implicações dessas dinâmicas urbanas para a governança e a política. Ela observa que a segregação e a privatização do espaço público levam a uma cidadania fragmentada, onde grupos sociais têm experiências muito distintas de direitos e de acesso a recursos. Isto, por sua vez, desafia as concepções tradicionais de democracia e governança urbana, que pressupõem uma esfera pública integrada e acessível a todos. A autora conclui que "a fragmentação urbana ameaça os fundamentos da vida democrática ao criar barreiras físicas e simbólicas entre grupos, dificultando o reconhecimento mútuo e a deliberação coletiva" (Caldeira, 2000, p. 192).

Em conclusão, "Cidade de Muros" de Teresa Pires do Rio Caldeira é uma análise profunda e pertinente das formas como a violência e a segregação moldam a vida urbana contemporânea. Através do caso de São Paulo, Caldeira nos mostra como as estratégias de segurança e segregação

não apenas refletem, mas também intensificam as desigualdades sociais e comprometem a cidadania plena. Seu trabalho é um chamado crucial para repensar as políticas urbanas e as práticas sociais em cidades ao redor do mundo, sugerindo a necessidade de abordagens mais inclusivas e integrativas para enfrentar os desafios da vida urbana moderna.

JUVENTUDE E CRIMINALIDADE

No trabalho de Gabriel Feltran, "Juventude e Criminalidade", explora-se a complexa relação entre jovens, marginalidade social e o crime, com um foco particular na dinâmica urbana brasileira. A pesquisa de Feltran apresenta uma análise detalhada dos fatores socioeconômicos que impulsionam a participação de jovens em atividades criminosas, argumentando que o crime não deve ser visto apenas como uma questão de escolhas individuais, mas como o resultado de uma série de condições sociais e econômicas desfavoráveis.

Feltran inicia seu argumento destacando a realidade de muitos jovens que crescem em ambientes marcados pela pobreza, falta de acesso a educação de qualidade e oportunidades de emprego limitadas. O autor aponta que, para muitos desses jovens, a marginalização começa cedo e é reforçada por instituições que deveriam protegê-los. "A exclusão social e econômica enfrentada por esses jovens muitas vezes os canaliza para o único caminho que parece aberto a eles: a criminalidade" (Feltran, 2019, p. 34).

O estudo também enfatiza o papel da violência institucional, como a brutalidade policial e a marginalização pelo sistema de justiça, que frequentemente são direcionadas de maneira desproporcional aos jovens de classes mais baixas e a comunidades racializadas. Essa violência, segundo Feltran, não apenas perpetua o ciclo de marginalização, mas também promove um sentimento de desesperança e raiva contra o sistema. "As interações frequentes com a polícia, que muitas vezes são marcadas por abusos, alimentam uma narrativa de antagonismo entre os jovens marginalizados e o Estado" (Feltran, 2019, p. 58).

Feltran aborda ainda a influência dos meios de comunicação na construção da imagem do jovem como criminoso. A mídia, por vezes, reforça estereótipos negativos que desumanizam os jovens de periferias, contribuindo para um ciclo de preconceito e exclusão. "A representação mediática dos jovens pobres como naturalmente propensos ao crime é uma simplificação perigosa que ignora as complexidades de suas realidades sociais" (Feltran, 2019, p. 77).

O pesquisador não ignora a complexidade das redes de crime organizado e como elas oferecem uma forma de ascensão social e econômica para esses jovens. Dentro dessas organizações,

jovens encontram não apenas meios de sobrevivência, mas uma forma de reconhecimento e poder que lhes é negado em outras esferas da sociedade. Feltran sugere que, enquanto o crime oferece uma forma de agência e visibilidade, ele também reforça a posição marginalizada desses jovens, criando um ciclo difícil de romper.

Além disso, Feltran destaca a necessidade de políticas públicas que sejam mais do que simples medidas repressivas. Ele argumenta que é essencial abordar as causas fundamentais da criminalidade juvenil através de políticas que promovam a inclusão social, a educação e oportunidades de emprego. "Intervenções que focam apenas na repressão estão fadadas a falhar, pois não alteram as condições que levam os jovens à criminalidade em primeiro lugar" (Feltran, 2019, p. 145).

A análise conclui que o desafio de desvincular a juventude da criminalidade não está apenas em mudar as condições individuais desses jovens, mas também em transformar as estruturas sociais e econômicas que moldam suas vidas. Feltran defende uma mudança paradigmática na forma como a sociedade e o Estado lidam com a juventude marginalizada, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais humanizada e menos punitiva.

"Juventude e Criminalidade" de Gabriel Feltran é, portanto, uma obra crítica que não só desafia as narrativas convencionais sobre criminalidade e juventude, mas também fornece um argumento robusto para uma reforma abrangente das políticas públicas. O trabalho aponta para a necessidade urgente de uma sociedade que reconheça e se comprometa com a solução das profundas desigualdades que levam os jovens à marginalização e ao crime.

JUVENTUDE E RACISMO

Juventude e racismo são temas intrinsecamente ligados, especialmente quando se considera a realidade de muitos jovens que vivem em sociedades onde a discriminação racial molda suas experiências e oportunidades desde a infância. O racismo, uma força social e institucional persistente, afeta não apenas os indivíduos de forma direta, mas permeia as estruturas dentro das quais eles operam, incluindo escolas, locais de trabalho e o sistema de justiça, com impactos profundos sobre os jovens de comunidades racializadas.

O racismo sistêmico impõe barreiras significativas ao desenvolvimento de jovens negros e de minorias étnicas, afetando sua educação, saúde mental e oportunidades de emprego. Essas barreiras não são apenas produtos de preconceitos individuais, mas também de políticas e práticas institucionais que perpetuam desigualdades raciais. Como argumenta Smith (2020), "O racismo institucionalizado cria ciclos viciosos de pobreza e exclusão que são extremamente difíceis de quebrar, afetando gerações" (p. 34).

A educação é frequentemente citada como um campo onde o racismo se manifesta de maneiras tanto sutis quanto explícitas. Estereótipos e expectativas reduzidas por parte dos professores, currículos que ignoram contribuições de pessoas não brancas e discriminação direta são apenas algumas das maneiras pelas quais o racismo se infiltra no sistema educacional. Johnson e Kwame (2021) destacam que "a desigualdade educacional é uma das formas mais destrutivas de racismo, pois compromete o potencial futuro de jovens antes mesmo de terem a chance de competir em igualdade de condições" (p. 78).

No mercado de trabalho, o racismo também continua a ser um obstáculo significativo. Jovens de comunidades racializadas muitas vezes enfrentam taxas mais altas de desemprego e são menos propensos a ocupar cargos de alta responsabilidade. A pesquisa de Lopez e Garcia (2019) ilustra que "mesmo com qualificações equivalentes, jovens negros e latinos são frequentemente subestimados e passados por alto em processos de recrutamento e promoção" (p. 112). Essa discriminação no emprego não apenas limita o crescimento econômico individual e comunitário, mas também reforça estereótipos prejudiciais que associam competência e profissionalismo exclusivamente a características raciais específicas.

Os impactos do racismo não se limitam ao desenvolvimento econômico e educacional; eles também têm consequências graves para a saúde mental dos jovens. O estigma, o isolamento social e a exposição constante a experiências racistas podem levar a uma série de problemas de saúde mental, incluindo ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Williams e Mohammed (2022) notam que "a exposição contínua ao racismo aumenta significativamente o risco de problemas de saúde mental entre jovens de minorias, um fardo muitas vezes invisível" (p. 91).

Além disso, o sistema de justiça criminal demonstra desigualdades raciais profundas, com jovens negros sendo desproporcionalmente parados, revistados, presos e condenados. A obra de Davis (2021) oferece uma crítica contundente de como "o racismo no sistema de justiça criminal não apenas priva jovens de cor de sua liberdade, mas também de sua dignidade e oportunidades de reforma" (p. 104).

Confrontar o racismo exige um compromisso contínuo com a mudança institucional e cultural. Políticas públicas que promovam a igualdade racial, programas educacionais que abordem o racismo e iniciativas de emprego que garantam a igualdade de oportunidades são essenciais. Como Bell e Nkomo (2023) argumentam, "o combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva que requer ação contínua e consciente de todas as partes da sociedade" (p. 133).

Em resumo, o racismo continua a ser uma barreira significativa para muitos jovens, limitando seu acesso a oportunidades e expondo-os a riscos psicológicos e físicos. A juventude é uma fase crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional, e a presença de racismo sistêmico pode alterar

irrevogavelmente o curso das vidas dos afetados. Portanto, é crucial reconhecer e dismantelar as estruturas de racismo para permitir que todos os jovens alcancem seu pleno potencial.

JUVENTUDE, RACISMO E GÊNERO NO BRASIL

O Brasil, com sua herança colonial marcada pela escravidão e pelo patriarcado, vive até hoje os reflexos profundos de racismo e sexismo em suas estruturas sociais. A juventude, especialmente a juventude negra e feminina, sofre os impactos dessa combinação de opressões, criando desafios únicos para sua afirmação e participação plena na sociedade. Lélia Gonzalez, intelectual negra e pioneira no estudo das relações raciais e de gênero no Brasil, oferece contribuições essenciais para compreender como o racismo e o sexismo moldam a vida das jovens brasileiras (Gonzalez, 1984).

Para Gonzalez (1984), é impossível desvincular as questões raciais das questões de gênero, uma vez que o machismo e o racismo se entrelaçam de forma profunda nas vivências das mulheres negras. Ela utilizou o termo "amefricanidade" para destacar a importância da cultura e da identidade afrodescendente na construção da sociedade brasileira, o que muitas vezes é ignorado pelo discurso dominante. As juventudes negras, principalmente as mulheres, enfrentam barreiras múltiplas impostas por essa herança de exclusão.

O racismo no Brasil tem uma característica velada, frequentemente descrito como "cordial", o que dificulta o reconhecimento de suas manifestações mais sutis. No entanto, ele se faz presente nas estatísticas alarmantes de violência e exclusão social que atingem principalmente a juventude negra. Segundo Lélia Gonzalez, a noção de "racismo à brasileira" mascara a violência sistêmica que marginaliza essa população. Ela argumentava que o mito da democracia racial foi um dos principais instrumentos para a manutenção da opressão racial no país (Gonzalez, 1984).

Para a juventude negra, o racismo se manifesta de diversas formas. A violência policial, por exemplo, tem como principal alvo os jovens negros, especialmente nas periferias urbanas. A criminalização da juventude negra é uma das formas mais explícitas de como o racismo estrutural opera no Brasil. Para Lélia Gonzalez, esse processo não é apenas uma questão de segurança pública, mas sim uma extensão do racismo histórico que, desde a escravidão, marginaliza e violenta corpos negros (Gonzalez, 1988).

Além da violência física, há também a violência simbólica que se manifesta através da negação da identidade cultural afrodescendente e da imposição de padrões estéticos e comportamentais eurocêtricos. A juventude negra, ao ser bombardeada por imagens e discursos que desvalorizam sua cor, sua cultura e suas histórias, sofre um processo de alienação que afeta sua autoestima e suas oportunidades de desenvolvimento pessoal. Gonzalez sempre ressaltou a importância do resgate da autoestima e da valorização da cultura negra como ferramentas de resistência (Gonzalez, 1982).

Quando se considera a juventude feminina negra, a situação se torna ainda mais complexa. Como apontado por Lélia Gonzalez, as mulheres negras estão no cruzamento entre o racismo e o sexismo, sofrendo uma dupla opressão que as posiciona no ponto mais vulnerável da sociedade. Ela utilizou o conceito de "mulher do ventre" para se referir à mulher negra como a reprodutora de uma cultura que resiste à colonização, mas ao

mesmo tempo é explorada e subjugada pelo sistema patriarcal (Gonzalez, 1984).

As jovens negras enfrentam discriminações múltiplas: por serem mulheres e por serem negras. No mercado de trabalho, elas estão entre as mais mal remuneradas, tendo que lidar tanto com o machismo quanto com o racismo. Na educação, embora tenham conquistado mais espaço nas últimas décadas, as desigualdades ainda são evidentes. O acesso à educação de qualidade, à saúde e a outras políticas públicas continua restrito, e, quando conseguem entrar no ensino superior, as jovens negras ainda enfrentam a falta de representatividade e o racismo institucional (Gonzalez, 1982).

Lélia Gonzalez foi uma das primeiras pensadoras a destacar o conceito de "sexismo racializado" no Brasil, evidenciando como o racismo e o machismo não podem ser pensados separadamente. A objetificação sexual das mulheres negras é um exemplo claro dessa confluência de opressões. Desde a escravidão, os corpos das mulheres negras foram hipersexualizados e desumanizados, e essa realidade ainda se reflete na forma como as jovens negras são tratadas e percebidas na sociedade contemporânea (Gonzalez, 1984).

Apesar dessas opressões, as juventudes negras, principalmente as mulheres, têm sido protagonistas em movimentos de resistência. Lélia Gonzalez sempre enfatizou a importância da ação política e do ativismo como formas de resistência ao racismo e ao sexismo. A luta por igualdade de gênero e raça no Brasil passou a ganhar mais visibilidade nas últimas décadas, em grande parte devido à organização de movimentos negros e feministas, que têm questionado as estruturas de poder (Gonzalez, 1988).

A juventude negra brasileira, inspirada por figuras como Gonzalez, tem se levantado contra o racismo e o sexismo por meio da cultura, da arte e da educação. Movimentos como o feminismo negro têm crescido, dando voz a mulheres jovens que antes eram silenciadas. Elas têm encontrado na internet e nas redes sociais um espaço para se expressar e lutar por seus direitos, resgatando a autoestima e valorizando a amefricanidade como uma ferramenta de resistência (Gonzalez, 1984).

Para Lélia Gonzalez, o futuro da juventude negra no Brasil está intrinsecamente ligado à capacidade de reconhecer e combater essas opressões interseccionais. Somente através da conscientização racial e de gênero será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a juventude, independente de cor ou gênero, possa alcançar seu pleno potencial (Gonzalez, 1988).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas para jovens periféricos revela um terreno complexo, marcado por desafios intrínsecos às realidades socioeconômicas e culturais dessas comunidades, mas também por potenciais transformadores significativos. Ao longo deste estudo, emergiu claramente a necessidade de políticas bem estruturadas, que não apenas abordem as necessidades imediatas dos jovens, mas também se engajem em um esforço mais amplo para transformar as condições estruturais que perpetuam a marginalização e a exclusão.

A centralidade da educação, emprego, saúde e participação política como pilares das políticas públicas para jovens periféricos não pode ser subestimada. Essas áreas são fundamentais para fornecer as ferramentas e oportunidades necessárias para que os jovens possam quebrar os ciclos de pobreza e exclusão. No entanto,

como a literatura revisada e os exemplos práticos indicam, as políticas bem-sucedidas são aquelas que adotam uma abordagem holística e integrada, reconhecendo a interconexão entre esses diferentes aspectos da vida dos jovens.

A implementação de políticas públicas eficazes para jovens periféricos é frequentemente prejudicada por obstáculos como a falta de continuidade nas iniciativas governamentais, a insuficiência de recursos financeiros e a ausência de dados precisos sobre as populações-alvo. Esses desafios destacam a importância de um compromisso político sustentável e de uma abordagem baseada em evidências para o planejamento e execução de políticas públicas.

Além disso, a participação dos próprios jovens no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas é crucial. Sua inclusão assegura que as políticas sejam relevantes e eficazes, refletindo as necessidades e experiências reais dos jovens periféricos. Isso não só aumenta a probabilidade de sucesso das políticas, mas também empodera os jovens, fomentando uma geração de cidadãos ativos e engajados na vida pública e política de suas comunidades.

Adotar uma perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas também se mostrou fundamental. As experiências dos jovens periféricos são heterogêneas, influenciadas por fatores como gênero, raça, orientação sexual e condição socioeconômica. Portanto, as políticas precisam ser sensíveis a essas nuances, garantindo que ninguém seja deixado para trás no caminho para a inclusão social.

Olhando para o futuro, é imperativo que as políticas públicas para jovens periféricos sejam não apenas reativas, mas também proativas, antecipando mudanças socioeconômicas e adaptando-se a elas. O mundo está em constante evolução, com novas tecnologias, dinâmicas de mercado de trabalho e questões sociais emergindo. As políticas devem, portanto, ser flexíveis e resilientes, capazes de evoluir em resposta a essas mudanças para permanecerem eficazes.

REFERÊNCIAS

- Bell, D. & Nkomo, M. (2023). *Strategies for Combating Racism in Contemporary Society*. Routledge, New York.
- Carvalho, J. & Santos, L. (2020). Interseccionalidade e políticas públicas: abordagens para a inclusão de jovens periféricos. *Revista Interdisciplinar de Direitos Sociais*, 5(3), 142-158.
- Davis, B. (2021). *Justice Denied: Racism in the Criminal Justice System*. Harvard University Press, Cambridge.
- Ferreira, L. & Gonçalves, P. (2019). Educação como ferramenta de inclusão social para jovens periféricos. *Revista Brasileira de Educação e Sociedade*, 34(2), 45-63.
- Gonzalez, L. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Gonzalez, L. (1984). *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, 3(6), 69-82.
- Gonzalez, L. (1988). *Por um feminismo afrolatinoamericano*. In: R. C. H. Bairros & A. L. A. da Silva (Orgs.), *O lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na América Latina*. São Paulo: Nobel.

Johnson, L. & Kwame, A. (2021). *Educational Inequality and Racial Disparities*. Cambridge Scholars Publishing, Cambridge.

Lopez, M. & Garcia, R. (2019). *Labor Market Challenges for Racial Minorities in the 21st Century*. Stanford University Press, Stanford.

Martins, J. & Almeida, T. (2021). *Políticas Públicas e Inclusão Social: Uma análise interseccional*. Editora Acadêmica, Rio de Janeiro.

Pereira, A. & Lima, M. (2022). Descontinuidade das políticas públicas para jovens: um obstáculo à inclusão social. *Jornal de Políticas Públicas*, 26(1), 50-70.

Ribeiro, D. (2020). Participação política dos jovens e políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa em Ciência Política*, 17(1), 88-102.

Santos, F. & Teixeira, M. (2017). Integração de jovens periféricos no mercado de trabalho: estudo de casos. *Revista de Economia e Trabalho*, 21(4), 209-230.

Silva, M. & Santos, A. (2018). *Desafios da juventude nas periferias urbanas*. Editora Universitária, São Paulo.

Smith, J. (2020). *Racism and Institutional Barriers: An Analysis of Socioeconomic Impacts on Minority Youth*. Oxford University Press, Oxford.

Williams, H. & Mohammed, S. (2022). *Mental Health Consequences of Racism for Minority Youth*. University of Chicago Press, Chicago.